



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V
COLEGIADO DE HISTÓRIA

RAFAELA SANTOS ALMEIDA

A Jaguaripe Agroindústria e a cidade de Muniz Ferreira: Relações
socioeconômicas e transformações entre 2000 e 2005.

SANTO ANTONIO DE JESUS - BA
AGOSTO - 2024

RAFAELA SANTOS ALMEIDA

**A Jaguaripe Agroindústria e a cidade de Muniz Ferreira: Relações
socioeconômicas e transformações entre 2000 e 2005.**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado para obtenção do grau
de licenciado (a) em História pela
Universidade do Estado da Bahia
(UNEB) – Campus V.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Edinaldo
Antônio de Oliveira Souza.

RESUMO

Este artigo analisa as relações socioeconômicas e as transformações ocorridas na cidade de Muniz Ferreira, Bahia, entre os anos de 2000 e 2005, em função das atividades e do posterior fechamento da Jaguaripe Agroindústria. A pesquisa adota a história social como referencial teórico e a história oral como metodologia principal, valendo-se de entrevistas com ex-empregados da fábrica para captar as vivências e percepções desses trabalhadores diante das mudanças socioeconômicas impostas pelo funcionamento e desativação da empresa. Os depoimentos coletados revelam a dependência econômica da comunidade em relação à agroindústria, além de evidenciar o impacto sobre o comércio local e a vida social da cidade. A partir dos relatos, o estudo reflete sobre as dinâmicas de transformação urbana e econômica em pequenos municípios brasileiros e discute a importância da memória coletiva na reconstrução histórica de eventos que moldaram a identidade local.

Palavras-chave: Jaguaripe Agroindústria - Muniz Ferreira –história social – memória e história

Abstract

This article analyzes the socioeconomic relations and transformations that occurred in the city of Muniz Ferreira, Bahia, between 2000 and 2005, due to the activities and subsequent closure of Jaguaripe Agroindústria. The research adopts social history as the theoretical framework and oral history as the main methodology, using interviews with former factory employees to capture their experiences and perceptions of the socioeconomic changes brought about by the operation and deactivation of the company. The collected testimonies reveal the community's economic dependence on the agroindustry and highlight the impact on local commerce and the social life of the city. Based on these accounts, the study reflects on the dynamics of urban and economic transformation in small Brazilian municipalities and discusses the importance of collective memory in the historical reconstruction of events that shaped local identity.

Keywords: Jaguaripe Agroindústria, Muniz Ferreira, social history, memory and history

A Jaguaripe Agroindústria e a cidade de Muniz Ferreira: Relações socioeconômicas e transformações entre 2000 e 2005.

Introdução

Até a década de 1980, a história do trabalho era frequentemente definida por uma abordagem que enfatizava as dimensões econômicas e institucionais das relações de trabalho. Sob essa perspectiva, o foco principal estava na análise das mudanças, nas formas de organização do trabalho, nos sistemas de produção e nas políticas laborais ao longo do tempo. No campo mais específico da história operária, os estudos privilegiavam o movimento sindical, as organizações operárias, as greves e partidos operários.

Geralmente, os historiadores examinavam os processos de industrialização, urbanização e migração que moldavam as condições de trabalho e as experiências dos trabalhadores nas fábricas, minas, campos e outras esferas produtivas. Além disso, questões como sindicalismo, legislação trabalhista e conflitos laborais eram temas centrais de investigação, refletindo o interesse na luta dos trabalhadores por direitos e melhores condições de trabalho.

No entanto, essa abordagem tendia a negligenciar as experiências, as memórias e as perspectivas individuais e subjetivas dos trabalhadores, assim como as interações entre trabalho, cultura e identidades, limitando a compreensão da história do trabalho a uma análise mais estrutural e macroeconômica.

Segundo Cláudio Batalha (1998), a história social do trabalho é uma área de estudo que deve buscar compreender as complexas relações entre trabalhadores, suas condições de trabalho e as estruturas sociais e econômicas ao longo do tempo. Batalha enfatiza a importância de se analisar não apenas as transformações econômicas e tecnológicas, mas também as experiências cotidianas dos trabalhadores, suas formas de organização e resistência.

Dessa forma, a partir dos anos 1990, o estudo da história social do trabalho ganhou novas dimensões ao focar nas transformações resultantes da globalização, da revolução tecnológica e das mudanças decorrentes das políticas econômicas neoliberais e suas implicações nas experiências cotidianas dos trabalhadores. Alguns pesquisadores começaram a explorar como a desindustrialização e a terceirização afetaram comunidades operárias tradicionais, enquanto a ascensão do

setor de serviços e a crescente precarização do trabalho introduziram novos desafios e desigualdades. Desde então,

[...] a história do trabalho passou por um processo de ampliação no que diz respeito aos temas e de abertura no que diz respeito às abordagens e enfoques. Essas mudanças possibilitaram seu retorno ao primeiro plano da produção acadêmica, fugindo ao ostracismo a que fora relegada e contrariando as previsões de sua morte anunciada nos anos 1990 (BATALHA, 1998, p 88).

A flexibilização das relações trabalhistas, com o aumento do trabalho temporário, informal e remoto, tornou-se um tema central de análise, revelando o impacto dessas mudanças na segurança laboral, nos direitos dos trabalhadores e nas identidades profissionais. Além disso, a crescente diversidade da força de trabalho, incluindo a maior participação de mulheres e migrantes de áreas rurais, trouxe novas perspectivas sobre questões de gênero, raça e classe no ambiente de trabalho.

O estudo da história social do trabalho nesse período reflete uma abordagem mais interdisciplinar e global, destacando as complexas interações entre economia, política e sociedade no mundo contemporâneo. A vida fora das fábricas, o cotidiano operário, direitos trabalhistas, as relações sindicais, de gênero, raça e sexualidade ganharam espaço e passaram a ser parte destes estudos, inaugurando, nas palavras de Lindem (2009), “uma genuína renovação intelectual ao campo de estudo.”

Segundo Batalha (2006), nos fins da década de 1990 houve um enriquecimento nesse campo de estudos, no que diz respeito à quantidade de pesquisas realizadas e aos novos enfoques. Além da ampliação dos temas, enfoques e sujeitos, houve também uma expansão geográfica dos estudos. Tradicionalmente, as pesquisas tinham seu campo de análise voltado para a região Sudeste do país, privilegiando, sobretudo o estado de São Paulo, contudo, com o advento das novas metodologias e a expansão dos cursos de Pós-graduação pelo Brasil, esses enfoques passaram a incluir outras regiões, dentre elas o Nordeste, outrora negligenciado nas produções da história operária.

Conforme avalia Batalha, apesar dos consideráveis avanços alcançados nos últimos anos, ainda há muito a ser feito para a consolidação dessa renovação teórica e metodológica nos estudos da História Social do Trabalho no Brasil. Segundo o autor, os estudiosos da área ainda “precisam adquirir a capacidade de

detectar falhas, as deficiências e as insuficiências nos procedimentos e abordagens empregadas” (p.16).

Quando nos voltamos para as produções sobre a história do trabalho no estado da Bahia, percebemos que as poucas pesquisas históricas sobre o tema, quase sempre, têm seu foco pautado na indústria petroquímica, como se fosse o único e principal setor de observação da formação da classe trabalhadora baiana (SOUZA, 2015).

Para além das pesquisas sobre a categoria dos petroleiros, convém destacar as importantes contribuições dos estudos de Vazquez (1986), Cunha (1995), Fontes (1997), Santos (2001) Castellucci (2004; 2008), Santos (2010), Negro (2012), Souza (2012; 2015). Esses estudos focalizaram diversos mundos do trabalho e abordaram aspectos como o movimento sindical e grevista, a relação do operariado com a política partidária e eleitoral, o sistema de vila operária, a relação dos trabalhadores com a legislação trabalhista e a justiça do trabalho, etc. O presente estudo representa uma tentativa de contribuição com esse processo de renovação teórica, metodológica e temática.

Partindo dessas considerações, o presente trabalho de pesquisa trata-se de um estudo de caso, a partir das memórias de ex- empregados da fábrica de sabão Jaguaripe Agroindústria, na pequena cidade de Muniz Ferreira, no Recôncavo Sul da Bahia, que funcionou entre 2000 e 2005.

A pesquisa procura apreender os contextos político e econômico nacional, estadual e municipal de implantação e fechamento da fábrica, bem como compreender o seu significado para a cidade e para os ex-empregados, a forma de recrutamento, as condições de trabalho e a dinâmica das relações de trabalho. Desse modo, pode representar mais uma contribuição às novas abordagens emergentes, desde a década de 1990, da história social do trabalho, reforçando a importância de considerar, nesse campo de estudo, o cotidiano e as experiências de trabalhadores comuns, que não vivenciaram o ambiente dos grandes centros urbanos e das grandes unidades fabris, não compuseram uma vanguarda política nem protagonizaram eventos extraordinários, como o movimento sindical e grevista.

O uso da memória e consequentemente da História oral se torna elemento fundamental neste trabalho, pois permite captar e preservar as experiências, memórias e perspectivas de indivíduos que viveram eventos históricos em primeira mão. Ao complementar fontes escritas e documentais, a história oral enriquece a

compreensão dos processos históricos, especialmente daqueles que envolvem grupos marginalizados ou cujas vozes foram tradicionalmente silenciadas. De acordo com Portelli (1991):

A história oral é uma ferramenta crucial para recuperar as vozes daqueles que muitas vezes são excluídos dos relatos históricos tradicionais. Ela permite que ouvimos as experiências e perspectivas dos anônimos, dos oprimidos e dos marginalizados. (p. 56)

Por meio de entrevistas e testemunhos pessoais, é possível acessar narrativas subjetivas que revelam aspectos emocionais, culturais e sociais que muitas vezes não estão presentes em registros oficiais. Além disso, a história oral promove uma conexão mais humana e empática com o passado, oferecendo uma visão diversificada dos acontecimentos históricos. Essa metodologia é particularmente valiosa em estudos sobre memória coletiva, identidade comunitária e dinâmica social, contribuindo para uma historiografia mais inclusiva e multifacetada, uma vez que, a partir dela, é possível compreender com afinco as relações envoltas no cotidiano.

Ao tratarmos da história oral, convém lembrar que esta passou por um processo de quebra de paradigmas, a partir dos estudiosos dos Annales, que, contrariando a tradicional conjuntura historiográfica, propuseram novas e desafiadoras metodologias de estudo e escrita da história.

As mudanças de paradigmas defendidas por esta corrente historiográfica não se consolidaram de forma imediata, houve um processo de aceitação gradual dessas ideias no meio científico, com considerável resistência por parte dos teóricos tradicionais de outras correntes historiográficas.

Um dos pontos defendidos pelos Annales era o conceito de multidisciplinariedade, onde outros campos do saber deveriam ser considerados nos estudos da história. A partir daí, outras ciências sociais, como a antropologia, a filosofia, a sociologia e a psicologia passaram a influenciar as produções historiográficas.

É a partir dessa ideia de multidisciplinariedade que os historiadores começam a pensar o estudo da memória como fonte e a experimentar a sua utilização em novas metodologias de pesquisa histórica. Muitos historiadores, a exemplo de Mach Block, Alistair Thompson e outros, se debruçaram sobre ela, na tentativa de estudá-la e entendê-la também como parte do processo de construção da história enquanto

ciência, e, sobretudo, para sistematizar suas características, de modo a não confundir memória como própria definição de história. De acordo com Alistair Thomson, Michael Frisch e Paula Hamilton,

O que motivou esses estudos foram as novas metodologias fundamentadas no esforço de recuperar a experiência e os pontos de vista daqueles que normalmente parecem invisíveis na documentação histórica convencional e de considerar seriamente essas fontes como evidência (THOMSON. FRISCH. HAMILTON. 2006, p.75).

A história oral, como dito, constitui-se como uma metodologia de pesquisa multidisciplinar, que possibilita o estudo enriquecido dos personagens do fazer histórico, a partir da interlocução com outras ciências sociais, e é capaz de problematizar a história das elites, minorias e marginalizados, bem como focalizar as temáticas de gênero, sexualidade, classes trabalhadoras, tradições religiosas, etc.

No entanto, como qualquer outra fonte, seu uso exige atenção e habilidades técnicas por parte do pesquisador. A principal delas, talvez seja a capacidade de se abster de qualquer julgamento parcial e de análises apressadas dos dados coletados através do contato direto com suas fontes, e, problematizá-la sob diversos pontos de vista.

Nesse ponto, é preciso entender como a memória, o principal elemento da história oral, se estrutura. Nesse sentido, Roussou afirma que a memória é, ao mesmo tempo, individual e coletiva. Nas suas palavras:

A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social nacional. Portanto, toda a memória é, por definição, coletiva (ROUSSOU. 2006, p. 94).

Para Roussou, a memória individual está envolta à memória coletiva, pois quando o indivíduo externaliza suas vivências pessoais, ele também expressa uma memória coletiva, por que ambas estão intricadamente ligadas. Ao mesmo tempo, ela é uma reconstrução seletiva de fragmentos do passado, que comporta escolhas, omissões e esquecimentos da parte de quem rememora.

O uso da história oral como metodologia de pesquisa neste trabalho não se limita apenas à coleta de memórias individuais, mas também busca contextualizá-las

historicamente. Ao integrar dados sobre a Jaguaripe Agroindústria, a cidade de Muniz Ferreira, a economia local e os eventos sociopolíticos da época, a pesquisa permite uma compreensão mais ampla das experiências dos ex-empregados. Esse processo de contextualização ajuda a revelar como o contexto externo influenciou os eventos, as memórias e experiências locais, oferecendo uma abordagem mais complexa da memória coletiva. Dessa forma, a história oral, em conjunto com a análise contextual, constrói uma narrativa que ilumina tanto as vivências pessoais quanto às dinâmicas econômicas, sociais e históricas que moldaram essas experiências.

Além disso, para contextualizar as entrevistas realizadas com os ex-empregados da Jaguaripe Agroindústria, é essencial destacar, portanto, o ambiente em que cada conversa ocorreu, pois ele influencia diretamente a dinâmica e o tom das interações.

A entrevista com Adeilton Santos Almeida, por exemplo, foi conduzida em um bar que ele administra. Este ambiente, impregnado de elementos de sua vida cotidiana, não apenas refletiu sua transição de vigilante para empreendedor, mas também proporcionou uma atmosfera mais descontraída e fluida. O bar, sendo um espaço de interação social e ponto de encontro da comunidade, serviu como um pano de fundo simbólico para as discussões sobre trabalho e a vida após o fechamento da fábrica.

Em contraste, as entrevistas com os demais ex-empregados foram realizadas em suas residências. Esses ambientes íntimos e pessoais permitiram uma exploração mais profunda e emotiva das histórias individuais, ofereceram uma visão empírica de como o encerramento das atividades da Jaguaripe Agroindústria afetou a vida familiar e a rotina de cada um. Esses contextos distintos de entrevista contribuíram para uma compreensão mais ampla das implicações sociais e econômicas da Jaguaripe Agroindústria, tanto em termos individuais quanto comunitários.

1. Aspectos da economia baiana entre as décadas de 1980 e 2000

A década de 1980 foi marcada por uma grave crise econômica com desdobramentos nos mundos do trabalho. Por volta de 1982, o aumento das taxas de juros internacionais levou o país a enfrentar sérios problemas financeiros que resultaram numa grave crise financeira, com altos índices inflacionários e

interrupção do financiamento externo. A economia baiana “sobreviveu” ao turbulento cenário firmando suas bases nos setores secundários do papel e papelão, e, sobretudo, na indústria petroquímica, que no auge do cenário recessivo buscou saída no mercado externo, na tentativa de amenizar os efeitos da crise. De acordo com Guerra e Teixeira (2000),

Por serem seus ramos industriais produtores de bens intermediários, a economia local tornou-se fortemente correlacionada com a nacional. A brutal retração desta última, no início daquela década, e seus presumíveis e inevitáveis impactos negativos sobre o desempenho econômico estadual foram, todavia, atenuados pela agilidade da indústria petroquímica que, aproveitando-se de uma conjuntura internacional favorável, buscou no mercado externo a saída para o escoamento de sua produção (p. 7).

No entanto, a indústria pouco variada ainda mostrava-se vulnerável ao contexto externo. Não tardou muito para o setor químico vivenciar na economia os efeitos dessa dependência num contexto de crise. Apesar das tentativas de escoar a produção para o mercado externo ter surtido efeito e retardado as consequências da crise, o setor petroquímico passou por um período de estagnação e de poucos investimentos diante do cenário recessivo. De acordo com aqueles mesmos autores:

O forte desaquecimento do mercado interno, combinado com a queda das alíquotas de importação, num cenário internacional de superoferta, provocaram uma inundação de importações petroquímicas no mercado nacional. (GUERRA; TEIXEIRA, 2000, p. 8).

Nesse cenário, era preciso pensar formas de mudar a realidade econômica do estado e buscar mecanismos que desenvolvessem segmentos variados de produtos fabricados pelas indústrias na Bahia. Geograficamente e de maneira intencional, a partir de uma política de incentivos fiscais adotada pelo governo do estado, os polos industriais na Bahia, que se localizavam, em sua maioria, em áreas estratégicas, sobretudo na região metropolitana de Salvador, começaram a se interiorizar para outras regiões do Estado, como o Extremo sul, Baixo sul e Recôncavo. Essa descentralização industrial procurava atender também à demanda por emprego em diversas cidades do interior que enfrentavam um processo de estagnação econômica com a crise na produção agrícola de artigos como o açúcar, o fumo, o café e o cacau.

O novo rumo que a economia baiana experimentava nesse período nada mais era do que o reflexo do novo modelo econômico incentivado pelo governo do estado,

que consistia numa diversificação de gêneros produtivos, buscando mitigar os riscos de acontecer com a indústria petroquímica o que aconteceu com a cacaueteira na sua história recente. Uma economia pautada em maior variedade de gêneros produtivos sobreviveria melhor à volatilidade do mercado. Nessa perspectiva, no início dos anos 2000, por meio de políticas de incentivos fiscais, iniciou-se uma tentativa de atrair investimentos em novos segmentos industriais. Segundo Pessoti (2010):

A economia baiana em toda a sua história sempre esteve atrelada a um modelo de pouca diversificação econômica e, em razão disso, extremamente dependente das oscilações de duas ou três mercadorias no cenário internacional. (p 42)

A década de 1990 e início dos anos 2000 foram para a Bahia um período de significativas mudanças em seu setor industrial. Como dito, o Brasil e, por consequência, a Bahia enfrentavam sérios problemas econômicos em decorrência da crise que afligia o mercado externo e o interno. Dessa forma, o governo do estado, na época sob a gestão do então governador Paulo Souto, buscou a abertura do mercado através de um plano político-econômico que visava aumentar a competitividade econômica do estado frente ao comércio internacional.

Nesse contexto, como afirma Lisboa (2018, p.14) “houve uma considerável desconcentração de indústrias sulistas para a região Nordeste, sobretudo no que diz respeito ao setor calçadista”. Da parte empresarial, esse remanejamento geográfico tinha como pretensão reduzir custos e aumentar os lucros. O Nordeste e em especial a Bahia ofereciam não apenas estratégicas condições geográficas que favoreciam essas indústrias, mas, acima de tudo, incentivos fiscais e mão de obra barata, visto que o contexto era de baixíssimos índices de trabalhos formais e altas taxas de informalidade e desemprego. Nesse contexto, a Bahia foi um dos estados que se destacou no evento conhecido como “guerra fiscal”.

A guerra fiscal foi um fenômeno que se intensificou no Brasil entre as décadas de 1980 e 2000 e que teve um impacto significativo na economia da Bahia. Esse período foi marcado por disputas entre diversos estados da federação para atrair investimentos e empresas através da concessão de benefícios fiscais, como isenções de impostos e subsídios. A Bahia, buscando acelerar seu desenvolvimento econômico e reduzir as disparidades regionais, participou ativamente desse processo.

A guerra fiscal no Brasil, intensificada entre as décadas de 1980 e 2000, teve na Bahia um cenário marcante de disputas entre estados por investimentos industriais. Este período foi caracterizado pela concessão de incentivos fiscais agressivos como estratégia para atrair empresas, resultando em um verdadeiro leilão de benefícios entre os estados. (SOUZA, 2000, p. 99)

Durante a década de 1980, a economia baiana enfrentava desafios substanciais, incluindo uma infraestrutura industrial limitada e uma alta dependência do setor agrícola. Para estimular a diversificação econômica e atrair indústrias, o governo baiano implementou políticas de incentivo fiscal agressivas. Essas políticas incluíam a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros incentivos financeiros para empresas que decidissem se instalar no estado.

Na década de 1990, com a intensificação da globalização e a crescente competição entre estados, a guerra fiscal se tornou mais acirrada. A Bahia continuou a oferecer benefícios fiscais consideráveis para atrair grandes empresas dos setores petroquímico, automobilístico e de telecomunicações. A ampliação do Polo Petroquímico de Camaçari é um exemplo notável desse período, onde incentivos fiscais foram fundamentais para a atração de grandes investimentos industriais.

A guerra fiscal, especialmente evidente na Bahia entre os anos 1980 e 2000, trouxe à tona as fragilidades do pacto federativo brasileiro. As concessões de benefícios fiscais, embora tenham atraído investimentos no curto prazo, geraram uma competição deletéria entre estados e comprometeram a equidade fiscal. (PESSOA, 2004, p.377)

De um lado, essas políticas resultaram em um crescimento significativo da industrialização na Bahia, gerando empregos e promovendo desenvolvimento econômico. A economia do estado se diversificou, reduzindo sua dependência da agricultura e aumentando a participação do setor industrial no Produto Interno Bruto (PIB) estadual.

Por outro lado, a guerra fiscal também trouxe desafios. A competição entre estados levou a uma "corrida para o fundo", onde os benefícios fiscais se tornavam cada vez mais generosos, muitas vezes à custa da não arrecadação de receitas essenciais para os cofres públicos. Essa prática resultou em uma perda significativa de receita fiscal para a Bahia, afetando a capacidade do governo estadual de investir

em infraestrutura, educação e saúde. Além disso, a dependência de incentivos fiscais criou uma vulnerabilidade econômica, pois a retirada desses benefícios poderia levar à fuga de empresas do Estado. Como observa Pessoa (2004):

A política de incentivos fiscais adotada pela Bahia durante as décadas de 1980 e 1990 foi um reflexo da competitividade inter-regional que marcou o cenário econômico brasileiro. Essas medidas visavam compensar as desvantagens estruturais do estado, mas acabaram gerando distorções significativas na arrecadação tributária e nas finanças públicas. (p. 385)

Em suma, a guerra fiscal entre as décadas de 1980 e 2000 teve um impacto profundo na economia da Bahia, impulsionando uma descentralização da industrialização e uma diversificação do desenvolvimento econômico, mas também gerando desafios fiscais e estruturais que exigiam uma gestão cuidadosa por parte do governo estadual. Nos anos 2000, a dificuldade de manter esses incentivos nas condições das duas décadas anteriores, somada aos efeitos da guerra fiscal, levou ao fechamento de muitas dessas unidades fabris no interior do estado, impactando nas economias locais e, sobretudo, provocando o desemprego e o subemprego de muitos trabalhadores.

2. A pequena cidade e a fábrica

A cidade de Muniz Ferreira é considerada um dos menores municípios do Brasil, com área de 104,540 km² e população de 7.190 habitantes, segundo o censo do IBGE de 2022. O município é banhado pelos rios Jaguaripe e Taitinga, possui três distritos (Onha, Taitinga e Sodoma) e faz divisa com as cidades de Santo Antônio de Jesus, Dom Macedo Costa, São Felipe, Nazaré e Aratuípe.

Muniz Ferreira configura-se atualmente como uma cidade dependente economicamente de outras cidades, como Santo Antônio de Jesus. Possui um tímido comércio, com poucas casas comerciais, um alambique, algumas casas de farinha, uma pequena feira de agricultura familiar que acontece uma vez por semana e escassas oportunidades de trabalho, o que força seus moradores a, muitas vezes, migrarem para outras cidades em busca de melhores condições de trabalho. Com exceção da agropecuária, a principal fonte de emprego e renda é o serviço público e as aposentadorias e pensões dos idosos.

Segundo os dados do censo demográfico de 2000 do IBGE, a população total de Muniz Ferreira era de 6.941 habitantes na época. Desses, 47,6% (3.301 pessoas) viviam na área urbana e 52,4% (3.640 pessoas) na área rural. Entre a população urbana, 83% era economicamente ativa, ou seja, 2.758 pessoas. Já na zona rural, a população economicamente ativa correspondia a 79,5% (2.893 pessoas). Os homens e mulheres que povoavam a cidade nesse período vivenciaram expectativas de significativas mudanças na dinâmica social e, sobretudo, econômica local com o advento da fábrica de sabão Jaguaripe Agroindústria.

Até 1990, a cidade configurava-se um cenário de pouquíssimas oportunidades de trabalho formal. A população, em sua maioria, tinha como meio de subsistência as atividades em lavouras na zona rural e em tendas de fabricação de fogos clandestinas. A possibilidade de uma indústria na região favoreceria não somente a população, mas também o tímido comércio local, visto que, geraria emprego e renda para um maior número de pessoas na cidade e uma maior rotatividade econômica.

É nesse cenário de escassas oportunidades de emprego e renda e predomínio de atividades informais que surge a proposta de implantação da referida fábrica. Os maiores anseios com relação à sua implantação residiam na promessa de criação de empregos formais, uma expectativa alimentada por políticos e autoridades locais, visto que a fábrica proporcionaria à população a experiência do trabalho regularizado e com garantias dos direitos trabalhistas.

Em entrevista com Valdeci de Almeida, ex-vice-gerente da fábrica, ele exalta a iniciativa do proprietário Antonio de Souza Menezes:

foi verdadeiramente um visionário em Muniz Ferreira. Desde os primeiros anos, ele expressava sua determinação em criar uma indústria na cidade, um sonho que se tornou realidade com a fundação da fábrica de sabão Jaguaripe Agroindústria. Sua visão e persistência foram fundamentais para trazer desenvolvimento econômico e novas oportunidades de emprego para nossa comunidade.¹

Natural de Muniz Ferreira, Antônio de Souza Menezes² é representado como um visionário na memória local. Segundo relatos de moradores, ele manifestava desde cedo a intenção de criar uma indústria na cidade, um sonho que acabou se

¹ ALMEIDA, Valdeci. Entrevista concedida à autora. Muniz Ferreira, Ba, data???

² Fundador e proprietário da Jaguaripe Agroindústria.

concretizando com a fundação da fábrica de sabão Jaguaripe Agroindústria. Sua visão e determinação teriam sido cruciais para a instalação da fábrica, que alimentou a expectativa de desenvolvimento econômico e novas oportunidades de emprego para a região.

Entretanto, ele recebeu apoio significativo da administração municipal, que concedeu isenções fiscais para facilitar o estabelecimento da indústria. Além disso, ele possuía uma grande área de terras no centro da cidade, o que foi estratégico para a localização da fábrica. Para financiar a construção da fábrica, o empresário obteve um financiamento do Banco do Nordeste.

De acordo com o ex-empregado, Adeilton Santos Almeida,

Muita gente em Muniz Ferreira via a fábrica da Jaguaripe Agroindústria como uma boa oportunidade de trabalho. Para muitos de nós, a fábrica era a esperança de um emprego estável e uma chance de melhorar de vida. Sabíamos que trabalhar lá poderia significar um salário fixo, o que era um grande alívio em comparação com as incertezas da agricultura e outros trabalhos informais.³

A Jaguaripe Agroindústria foi uma iniciativa econômica importante para a Muniz Ferreira, não apenas pela produção e comercialização de sabão, mas também pelo impacto social e econômico que teve no município. A implantação da fábrica, ocorrida entre 1998 e 2000, transformou o cotidiano de Muniz Ferreira, gerando impacto nas localidades urbana e rural. A sua produção era escoada para diversas cidades baianas e outros estados do país.

A fábrica proporcionou uma fonte estável de renda para algumas famílias, alterando as perspectivas de vida e possibilitando o acesso a bens e serviços que antes eram escassos na cidade. Além disso, a presença da fábrica estimulou o comércio local, impulsionando o desenvolvimento de pequenos negócios e fornecedores que atendiam às necessidades dos trabalhadores e da própria empresa. Isa Carla Moreira, ex-empregada da fábrica relata que:

Quando a fábrica Jaguaripe Agroindústria começou a funcionar, Muniz Ferreira começou a mudar. A cidade, que antes era pequena e pacata, passou a ter um movimento maior de pessoas. Vieram trabalhadores de outras cidades em busca de emprego, e isso trouxe uma nova dinâmica para a nossa comunidade. Com essa chegada de gente nova, surgiu uma grande demanda por moradia. Muitas

³ ALMEIDA, Adeilton Santos. Entrevista concedida à autora. Muniz Ferreira, Ba, 14 de maio de 2024.???

famílias daqui que tinham imóveis, começaram a alugar suas casas, ganhando uma renda extra.⁴

Embora haja certo exagero retórico na fala da depoente, não tardou muito para que os proprietários de imóveis comesçassem a empreender novos negócios na cidade. Valdeci de Almeida chegou a investir em um restaurante no centro da urbe, que servia cerca de cento e vinte refeições diariamente aos empregados. Verificou-se um aumento no movimento de pessoas na pequena Muniz Ferreira após o início das atividades na fábrica. Carretas carregadas de dendê (principal matéria prima do sabão) chegavam de várias partes da Bahia.

3. Os empregados e a fábrica: origem e perfil social

Como observado, o final da década de 1990 e início dos anos 2000, Muniz Ferreira permanecia dependente economicamente de cidades circunvizinhas. A falta de oportunidade de trabalho resultava em um cenário onde muitos dos residentes do município migrassem para áreas urbanas maiores em busca de oportunidades mais estáveis e variadas de emprego.

Adeilton Santos Almeida, filho de trabalhador rural, desde cedo foi envolvido nas atividades da roça, ajudando seu pai nas tarefas do campo, ao passo que estudou apenas até a oitava série do ensino fundamental. Provavelmente, Adeilton viu o emprego na fábrica como uma possibilidade de escapar do trabalho árduo da agricultura e buscar uma vida melhor, apesar da mudança brusca de rotina ao ingressar no emprego fabril. A experiência na fábrica era significativamente diferente de sua vida na roça, ainda mais que ele trabalhava no turno noturno. A este respeito, Adeilton rememora:

Eu morava num sítio com meus pais e meus irmãos, e a gente era uma família grande. Tinha muitos irmãos pequenos, então, como um dos mais velhos, eu precisava ajudar meu pai na roça. O trabalho era pesado e tomava todo o meu tempo, por isso não conseguia me dedicar à escola. A gente tinha que garantir o sustento da família, e eu sabia que meu papel era ajudar em casa, mesmo que isso significasse deixar os estudos de lado.⁵

⁴ MOREIRA, Isa Carla. Entrevista concedida à autora. Muniz Ferreira, Ba, 20 de maio de 2024

⁵ ALMEIDA, Adeilton Santos. Entrevista concedida à autora. Muniz Ferreira, Ba, 14 de maio de 2024

Essa fala expressa uma realidade comum para muitas famílias rurais, onde a divisão das responsabilidades dentro de casa frequentemente recai sobre os filhos mais velhos. A necessidade de sustento da família faz com que o trabalho na roça se torne prioritário, limitando as oportunidades de acesso à educação. Nesse contexto, a escola, que deveria ser um espaço de desenvolvimento pessoal e social, acaba ficando em segundo plano, já que a sobrevivência da família depende do esforço conjunto de todos.

A situação descrita também destaca a responsabilidade precoce que recai sobre os ombros de quem ocupa o papel de irmão mais velho em famílias numerosas. A pressão para contribuir no sustento familiar desde cedo não só impede o progresso educacional, mas também molda a trajetória de vida desses jovens, que se veem obrigados a priorizar o trabalho em detrimento do próprio desenvolvimento pessoal e profissional.

Nascido e criado na localidade do Ronco d'Água, o ex-empregado Emanuel Costa da Silva também tem origem rural, tendo trabalhado na roça desde menino. A este respeito, ele destaca que:

Nós aqui na roça, a vida é de trabalho nas terras, com sol quente nas costas e chuva batendo enxada. Na época um compadre meu arrumou um serviço pra mim na fábrica de sabão, eu fazia a separação dos residuo, num era lá como as coisa na roça, mas dava pra tirá o sustento, né? Cada dia era uma lida diferente, mas num tinha moleza não. Eu não tive muita chance de pegar livro, mas sabia me virar.⁶

O acesso à educação para o trabalhador rural no Brasil sempre foi repleto de desafios. Naquela época, a maioria das crianças e jovens do campo enfrentava grandes dificuldades para frequentar a escola devido às condições adversas das áreas rurais. As escolas eram escassas e muitas vezes situadas a grandes distâncias das residências, tornando o deslocamento uma tarefa árdua e demorada.

O trabalho agrícola, que começava geralmente muito cedo, exigia que contribuíssem com as tarefas familiares, como destocar pasto e cuidar da roça. As poucas escolas rurais existentes frequentemente adotavam o modelo multisseriado, no qual alunos de diferentes idades e níveis de aprendizagem eram agrupados em uma única sala de aula. Essa configuração dificultava a implementação de um

⁶ SILVA, Emanuel Costa da. Entrevista concedida à autora. Muniz Ferreira, Ba, 25 de maio de 2024

currículo coeso e a oferta de atenção individualizada para cada estudante. do ainda mais seu tempo disponível para a educação formal.

As escolas no campo eram raras e, quando existiam, funcionavam em condições precárias, com currículos que muitas vezes não atendiam às necessidades e realidades dos trabalhadores rurais. O sistema educacional não conseguia proporcionar uma formação que pudesse efetivamente contribuir para a emancipação social dos alunos. (FREIRE, 1967, p.95)

Amilton Santos Almeida, outro ex-empregado da fábrica, compartilhou sua trajetória de vida e trabalho. Ele estudou até a 6ª série e, como muitos de sua geração, começou a trabalhar na roça, juntamente com seu pai. Quando se casou, mudou-se para a cidade de Muniz Ferreira, buscando melhores oportunidades. Conforme rememora: “Eu trabalhava na roça com meu pai, ajudando no que podia. A vida era dura, mas a gente dava um jeito. Quando casei, vim pra Muniz Ferreira, tentando melhorar um pouco de vida”.⁷

Assim como Adeilton e Emanuel, Amilton também revela em sua fala as dificuldades enfrentadas nos estudos e no trabalho rural. Ao mencionar a mudança para a cidade de Muniz Ferreira após o casamento, o depoente expressa um desejo comum de migração em busca de melhores oportunidades, ilustrando o impacto das condições rurais precárias e a esperança depositada em um futuro mais promissor com o advento da fábrica.

As ex-empregadas Isa Carla Moreira e Maria Laura Cardoso, desde muito jovens foram ensinadas a ajudar suas mães nas tarefas domésticas, assumindo cedo responsabilidades de adulto. A este respeito, Isa Carla rememora que, mesmo com dificuldades, conseguiu estudar até primeiro ano do ensino médio, depois teve que parar, porque precisava trabalhar: “Comecei fazendo bico em algumas tendas de fogos na cidade. Éramos só eu, minha mãe e meus irmãos. Quando surgiram rumores sobre a fábrica, fiquei animada com a possibilidade de conseguir algo lá.”⁸

Por seu turno, antes de entrar na fábrica Maria Laura já havia concluído o ensino médio e trabalhava como diarista em Muniz Ferreira e cidades circunvizinhas. Para ela, o trabalho fabril também representou uma nova experiência. Conforme nos relata: “Saí de casa cedo e comecei a trabalhar nas cozinhas dos outros, fazendo

⁷ ALMEIDA, Amilton Santos. Entrevista concedida à autora. Muniz Ferreira, Ba 21 de maio de 2024

⁸ MOREIRA, Isa Carla. Entrevista concedida à autora. Muniz Ferreira, Ba, 29 de maio de 2024

uns bicos como diarista. Fiquei um bom tempo assim, mas aí, quando apareceu a chance de trabalhar na fábrica, eu resolvi arriscar”.⁹

As falas destacam a realidade de muitas mulheres em Muniz Ferreira, que desde cedo assumiam responsabilidades para ajudar no sustento da família. O trabalho informal, como “bicos” em tendas de fogos e como diarista, surge como uma necessidade diante da falta de opções formais de emprego.

Portanto, as falas apresentadas evidenciam um perfil socioeconômico dos ex-empregados da Jaguaripe Agroindústria, marcado por origens rurais e pela busca por melhores oportunidades de vida. Adeilton Santos Almeida e Emanuel Costa da Silva, por exemplo, representam uma geração de trabalhadores que, desde a infância, foram inseridos no trabalho agrícola familiar, muitas vezes em detrimento da educação formal. A realidade rural impunha condições duras, onde o sustento da família dependia diretamente do esforço físico e da contribuição de todos, inclusive das crianças e adolescentes. A chegada da fábrica foi vista como uma possibilidade de escapar do trabalho árduo no campo e alcançar uma vida com mais estabilidade, embora o ambiente fabril também trouxesse novos desafios e mudanças bruscas na rotina desses trabalhadores.

No caso das ex-empregadas Isa Carla Moreira e Maria Laura Cardoso, a falta de oportunidades formais de trabalho levou à inserção precoce no mercado informal, assumindo responsabilidades domésticas e profissionais desde muito jovens. O surgimento da fábrica trouxe esperança de uma vida melhor e a chance de sair da precariedade dos “bicos” e trabalhos informais. Suas falas destacam a realidade de muitas mulheres em Muniz Ferreira, que desde cedo assumiam responsabilidades para ajudar no sustento da família.

3.1 Formas de ingresso na fábrica

Antes de tratar dessa questão, é necessário conceituar um aspecto que está intimamente relacionado às relações sociais de trabalho, sobretudo, mas não exclusivamente, quando lançamos o olhar sobre a região Nordeste do país: o paternalismo e o clientelismo político.

⁹ CARDOSO, Maria Laura. Entrevista concedida à autora. Muniz Ferreira, Ba, 22 de maio de 2024

E. P. Thompson oferece uma análise profunda e multifacetada do termo paternalismo, descrevendo-o como uma relação complexa e, muitas vezes, ambígua entre patrões e trabalhadores. Thompson vê o paternalismo como uma via de mão dupla, onde não apenas os patrões exercem controle sobre os trabalhadores, mas também há certa reciprocidade, negociação implícita e conflito nessas relações. Ele sugere que, embora o paternalismo possa reforçar a hierarquia e a dependência, ele também abre espaço para a agência dos trabalhadores, que podem utilizar essa relação em benefício próprio e traduzi-lo nos seus próprios termos. De acordo com Thompson (1998):

O paternalismo envolve uma troca de benefícios que, embora ofereça segurança ao trabalhador, também aprisiona em uma rede de obrigações e dependência. Essa relação é fundamentada em um contrato social implícito, onde ambas as partes têm expectativas mútuas e obrigações que vão além do mero contrato de trabalho. (p. 204)

Ao analisar o contexto específico de Muniz Ferreira, é possível identificar práticas clientelistas que carregam traços do paternalismo nas relações de trabalho. Em entrevistas com alguns dos ex-empregados da fábrica Jaguaripe Agroindústria foi possível identificar essa prática presente em suas falas. Muitos revelaram que a forma de ingresso na empresa era frequentemente influenciada pelos políticos locais e pessoas influentes na cidade, uma marca característica do clientelismo político. Nos relatos eles afirmam que, para conseguir um emprego ou acesso a um cargo de liderança na fábrica era necessário indicações ou recomendações de figuras políticas ou líderes comunitários.

A este respeito, Valdeci de Almeida, ex-vice-gerente da fábrica rememora:

Quando surgiu a ideia da fábrica, despertou em mim uma vontade genuína de fazer parte desse empreendimento. Naquela época, meu sogro era uma figura política conhecida na cidade, e graças à nossa amizade com o saudoso Antônio Menezes, consegui o cargo de vice-gerente.

Essa fala evidencia como as conexões sociais e políticas desempenham um papel significativo na obtenção de oportunidades de trabalho. A menção ao sogro, uma figura política influente na cidade, e à amizade com Antônio Menezes que era dono de grandes propriedades de terras e cabeças de gado e que mantinha relações diretas com os políticos locais, sugere que a posição de vice-gerente na

fábrica não foi conquistada apenas por mérito profissional, mas também por meio de redes de relacionamento e influência. Isso exemplifica uma prática comum em muitas regiões, onde o capital social e político muitas vezes se sobrepõe ao capital humano na definição de quem ocupa cargos estratégicos.

Além disso, a expressão de uma "vontade genuína" de fazer parte do empreendimento revela um entusiasmo inicial e um desejo de ser parte ativa do desenvolvimento econômico local. No entanto, essa aspiração pessoal também se cruza com dinâmicas de poder e clientelismo, onde as relações pessoais podem abrir portas que, de outra forma, permaneceriam fechadas.

As experiências de Isa Moreira, Maria Laura Cardoso, Emanuel Cardoso, Adeilton Almeida e Amilton Almeida também revelam a profunda influência do clientelismo político no acesso a empregos na fábrica, como rememora a primeira citada:

Pra eu conseguir uma vaga de emprego na fabrica foi uma luta, muita gente na cidade desejava ter essa oportunidade, entregavam currículos, mas quase nunca erram chamados. O que funcionava mesmo era ter alguém de influencia lá. No meu caso, meu ex-marido tinha amizade com um vereador que fez a ponte e me fez conseguir a vaga.¹⁰

Isa Moreira descreve a dificuldade em conseguir uma vaga de emprego, numa pequena cidade, com escassas oportunidades de trabalho. Apesar da demanda de mão de obra na fabrica e do envio de inúmeros currículos, ela observa que a única maneira eficaz de obter uma oportunidade era ter alguém influente dentro da organização. No seu caso, a intervenção de um vereador, amigo de seu ex-marido, foi decisiva para sua contratação. Assim como Isa, Maria Laura também compartilhou: "Conseguí a vaga graças ao vice-gerente, que era conhecido da minha família."¹¹

A experiência de Emanuel Cardoso também reforça essa realidade, ilustrando a prevalência das redes de clientelismo e patronagem no mercado de trabalho. Ele afirma que conseguiu um emprego na fábrica de sabão graças à ajuda de um compadre, Valfrido Lima, uma conhecida figura política da cidade, arrumou o emprego para ele, demonstrando assim que as relações pessoais e familiares são, muitas vezes, mais importantes do que a competência ou a experiência profissional.

¹⁰ MOREIRA, Isa Carla. Depoimento citado.

¹¹ CARDOSO, Maria Laura. Depoimento citado.

Amilton Almeida e Adeilton Almeida também destacam essa problemática, ao informar que conseguiram uma vaga de emprego na fábrica através da relação de amizades. Amilton conseguiu a vaga porque através de um primo, chamado Marcos André, que trabalhava junto com o pessoal da gerencia. Enquanto Adeilton conseguiu o emprego através de um tio, irmão da sua mãe, que trabalhava na prefeitura, tinha muita amizade na cidade.

Esse padrão de comportamento evidencia como o clientelismo se enraíza nas práticas de contratação, reforçando as desigualdades estruturais dentro do mercado de trabalho. Em linhas gerais, esses depoimentos revelam como essa influência permeava as relações sociais, na viabilização do emprego na fábrica. Aqueles que tinham conexões políticas ou sociais, geralmente tinham mais chances de serem contratados, enquanto outros candidatos podiam enfrentar dificuldades para conseguir uma vaga, mesmo que fossem qualificados.

Essa dinâmica refletia não apenas a influência do paternalismo e do clientelismo na região, mas também ilustrava as relações de poder e a desigualdade de acesso às oportunidades de emprego que permeavam as relações sociais e econômicas em Muniz Ferreira. Essas entrevistas destacam como as relações entre clientelismo político e emprego estavam entrelaçadas na vida cotidiana da comunidade.

3.2 O trabalho na fabrica

Inseridos em um ambiente industrial, os ex-empregados entrevistados afirmaram que passaram a vivenciar uma nova rotina, marcada por desafios e experiências diferentes das que encontravam na roça ou em atividades como diaristas e pequenos “bicos”. Amilton Almeida, por exemplo, afirmou que desempenhou a função de “faz-tudo”, auxiliando principalmente em várias etapas da produção. Sua jornada de trabalho era das 8h às 17h, mas ele mencionou que frequentemente precisava ficar até mais tarde. Embora essas horas extras não fossem remuneradas, ele permanecia por camaradagem e um senso de responsabilidade.

Refletindo sobre sua experiência fabril, Amilton afirmou que, apesar de alguns aspectos negativos, sua passagem pela fábrica não foi tão ruim no geral. Essa experiência proporcionou-lhe uma relativa estabilidade que, embora imperfeita, era um avanço significativo em comparação com o árduo trabalho na roça.

A prática de trabalho extra, ou “overtime”, emergiu como um aspecto distintivo da Revolução Industrial, representando a intensificação da exploração dos trabalhadores nas fábricas do século XIX. Como observou E. P. Thompson:

O trabalho extra, ou “overtime”, tornou-se uma característica proeminente da vida industrial no século XIX. A prática de forçar os trabalhadores a trabalhar além das horas regulamentares não apenas aumentou a carga de trabalho, mas também evidenciou a exploração intensiva da força de trabalho, com pouco ou nenhum benefício para os próprios trabalhadores. (THOMPSON, 1963,p.326)

A imposição de horas adicionais de trabalho não apenas sobrecarregou os trabalhadores com uma carga maior, mas também representou uma exploração desenfreada da mão de obra operária na sociedade industrial.

No Brasil, esse padrão também se estabeleceu com o avanço da industrialização no início do século XX. A estrutura de produção no Brasil, similar a de outros países industrializados, frequentemente ignorava os direitos e o bem-estar dos trabalhadores, priorizando a maximização da produção e dos lucros em detrimento da qualidade de vida dos operários. De acordo com Gonçalves (2012):

No Brasil, o fenômeno do trabalho extra está profundamente enraizado na dinâmica do trabalho industrial e nas relações de produção. A exploração das horas extras frequentemente reflete a intensa pressão sobre os trabalhadores para aumentar a produtividade, muitas vezes em condições precárias e sem a devida compensação. (GONÇALVES, 2012, p. 98)

No contexto brasileiro, a prática de exigir trabalho extra sem compensação justa começou a ser mais evidente com o desenvolvimento de setores industriais, como a agricultura mecanizada e a indústria têxtil. Muitas vezes, os trabalhadores eram compelidos a estender suas jornadas além das horas regulamentares, com pouca ou nenhuma compensação adicional. Isso se refletia na precarização das condições de trabalho, onde a sobrecarga de tarefas não era acompanhada por melhorias nas condições de saúde e segurança. Esse cenário perpetuava a exploração intensiva da força de trabalho, similar ao que se observava em outras nações em processo de industrialização.

Outro ex empregado que também compartilhou sua experiência foi Adeilton Almeida, que rememora: "Eu trabalhava à noite, das 22h às 5h, como vigilante. O

salário caía certinho todo mês, foi melhor do que ralar na roça. Pelo menos eu tinha uma garantia ali no fim do mês, sabe?"¹²

Adeilton trabalhava no turno noturno, a experiência na fábrica era significativamente diferente de sua vida na roça. Conforme ele mencionou, receber seu salário pontualmente trouxe uma sensação de segurança financeira que não tinha antes. Mesmo trabalhando das 22 às 5 horas da manhã como vigilante, ele enfatiza que era uma condição de trabalho preferível em comparação com as longas jornadas na roça.

Embora o ambiente fabril pudesse ser desafiador e diferente da rotina da roça, ele não expressa críticas à empresa e destaca a segurança financeira que o emprego proporcionava, contrastando essa experiência com a incerteza e a dureza do trabalho na roça. Essa postura de gratidão e fidelidade à fábrica sugere uma certa cautela ao falar sobre sua experiência, no entanto, não ficou claro o motivo da cautela, ao ser questionado a respeito, ele afirmou que preferia não entrar em mais detalhes.

Essa atitude pode ser entendida como uma maneira de preservar a imagem da empresa ou evitar conflitos, sugerindo que, apesar dos possíveis desafios enfrentados, ele ainda vê a experiência de forma predominantemente positiva, ou pelo menos não quer comprometer a relação com a antiga empregadora. O que é compreensível em se tratando de uma cidade pequena, onde as relações são muito próximas.

3.3 O trabalho feminino e questões de gênero

A história social do trabalho tem sido por muito tempo, marcada por uma visão que obscureceu a presença e as contribuições das mulheres. Essa perspectiva, como destaca Souza (2012), foi amplamente sustentada pelo foco nos estudos sobre o movimento operário, onde a liderança masculina predominava, especialmente em sindicatos e outras organizações de trabalhadores. Essa visão negligenciava a participação ativa das mulheres nas mobilizações políticas, nas greves, e em outras formas de resistência dentro do ambiente fabril. Muitas vezes, essas mulheres enfrentaram represálias severas, como demissões injustas,

¹² ALMEIDA, Adeilton. Depoimento citado.

acusações de sabotagem e outras formas de repressão. Além disso, a classe operária foi tradicionalmente representada como homogênea branca e masculina, ignorando as diversas experiências de gênero, raça e setor produtivo que compõem a realidade do trabalho.

As ex empregadas Isa Moreira e Maria Cardoso compartilharam suas experiências enquanto mulheres operárias na fábrica. A primeira rememora:

Comecei no empacotamento e no início me sentia insegura, pois era minha primeira vez trabalhando em um ambiente assim. Na fábrica, poucas mulheres trabalhavam, a maioria era composta por homens. Às vezes, me sentia importante, mesmo não tendo uma função tão relevante ou bem remunerada, pois eu era uma exceção ali.¹³

Ao falar sobre o trabalho na fábrica Isa Moreira expressa tanto a insegurança inicial, típica de quem se depara com um ambiente novo e dominado por homens, quanto um sentimento de realização por ser uma das poucas mulheres no local. Mesmo em uma função menos prestigiada e mal remunerada, ela encontra um sentido de importância e diferenciação no exercício da função. Isso revela como a participação em espaços de trabalho, ainda que predominantemente masculinos pode gerar uma sensação de empoderamento, ainda que as condições de trabalho sejam desafiadoras e as oportunidades limitadas.

De modo semelhante Maria Cardoso relata:

Fiquei na fábrica por dois anos, fazendo serviços gerais. Meu turno de trabalho mudava semanalmente, às vezes trabalhava durante o dia e outras vezes à noite. Recebia um salário mínimo, mas foi a primeira vez que tive minha carteira assinada, o que foi um marco importante para mim. Na fábrica não tinha muitas mulheres, as que tinham trabalhava estavam na limpeza ou no empacotamento. Apesar de receber salário mínimo, eu percebia uma diferença clara na valorização do nosso trabalho em comparação com os colegas homens. Eles recebiam mais, mesmo quando suas tarefas não eram tão importantes quanto as que eu realizava.

Esses depoimentos revelam uma série de aspectos importantes sobre as condições de trabalho, salários e desigualdades de gênero nas relações de trabalho. A presença feminina na fábrica era limitada a funções como limpeza e empacotamento, áreas que tradicionalmente recebem menos valorização e salário inferior em comparação com outras funções ocupadas por homens.

Essas narrativas expõem a realidade de muitas mulheres trabalhadoras, que, mesmo com qualificações e experiência iguais ou superiores, enfrentam dificuldades

¹³ MOREIRA, Isa. Entrevista citada.

para obter reconhecimento e remuneração equivalentes aos dos empregados do sexo masculino. Conforme assinala Priori (1997):

As mulheres que ingressaram no mercado de trabalho urbano enfrentaram uma série de desafios, mas também encontraram formas de se organizar e reivindicar seus direitos. A união e a mobilização foram essenciais para o avanço das suas demandas por melhores salários, condições de trabalho e respeito no ambiente profissional. (PRIORE,1997, p.322)

A inserção das mulheres nas atividades industriais reproduz uma dimensão patriarcal das dinâmicas de gênero nas relações de trabalho, que se configura na alocação da mão de obra feminina em funções de menor qualificação e remuneração. Essa segregação ocupacional não se trata apenas de uma distribuição desigual de funções, mas reflete e perpetua desigualdades históricas e sociais culturalmente enraizadas na sociedade. Ao serem direcionadas para posições de menor qualificação e status, as mulheres são sistematicamente afastadas de oportunidades de ascensão profissional e de melhor remuneração, o que limita seu desenvolvimento socioeconômico e reforça estereótipos de gênero.

A concentração em setores específicos, como serviços gerais e empacotamento, expõe as mulheres a condições de trabalho mais vulneráveis e instáveis. Como assinala Priore (1997):

Embora as mulheres tenham ingressado na indústria, principalmente em funções têxteis e de confecção, elas geralmente ocupavam posições de menor qualificação e remuneração. A divisão sexual do trabalho na indústria refletia as desigualdades de gênero presentes na sociedade. (PRIORE,1997,p. 229)

Por muito tempo, a contribuição das mulheres nos mundos do trabalho foi negligenciada, refletindo uma visão histórica que priorizava as experiências e narrativas masculinas. Esse ocultamento não só distorce a compreensão completa das dinâmicas laborais, mas também reforça estereótipos de gênero, perpetuando a ideia de que o trabalho, especialmente em suas formas mais formais e reconhecidas, é uma esfera predominantemente masculina. No entanto, estudos mais recentes têm desafiado essa visão, trazendo à tona a importância do trabalho feminino em diversos setores e revelando as complexas maneiras pelas quais as mulheres sempre contribuíram para a economia e a sociedade, muitas vezes em condições adversas e invisibilizadas.

Portanto, a divisão sexual do trabalho na indústria não pode ser dissociada das estruturas sociais mais amplas que sustentam a desigualdade de gênero. O trabalho feminino é frequentemente desvalorizado porque é visto como uma extensão das habilidades domésticas, tradicionalmente atribuídas às mulheres, o que reduz seu reconhecimento e valor econômico. Essa perspectiva ignora as contribuições significativas das mulheres para a produtividade e o desenvolvimento industrial e econômico em geral, perpetuando um ciclo de discriminação e desigualdade.

4- O processo de declínio e fechamento da Jaguaripe agroindústria.

Em sua entrevista o ex-gerente Valdeci de Almeida relata sua versão sobre o processo de declínio e fechamento da fábrica, focalizando uma questão específica, qual seja, um disputa judicial entre a fábrica e a empresa distribuidora de energia elétrica:

No início, estávamos vivendo um momento promissor. Produzíamos óleo de dendê, azeite e sabão em barra, e até mesmo considerávamos expandir nossas operações para incluir a produção de sabonete. Mas, infelizmente, um contrato de demanda com a Coelba desencadeou uma sequência de eventos que levou ao nosso declínio. Essa disputa judicial nos custou caro, com despesas legais que gradualmente minaram as finanças da empresa. A situação piorou quando a fábrica ficou alguns dias sem energia devido a essa batalha legal. Isso interrompeu nossa produção e, quando finalmente tentamos retomar as operações, o estrago já era grande demais. Foi como uma bola de neve, onde cada obstáculo parecia nos empurrar ainda mais para baixo. Olhando para trás, não há dúvida de que essa luta com a Coelba foi o principal motivo por trás do declínio da fábrica.

A fala de Valdeci aponta alguns indícios do que possivelmente causou o fechamento da fábrica, mas é importante ressaltar que, devido às poucas fontes disponíveis e à dificuldade de acesso aos documentos privados da empresa, não podemos ter certeza sobre os motivos reais que levaram ao encerramento das atividades. Ao abordar as causas do fechamento da Jaguaripe Agroindústria, o sub-gerente da fábrica menciona que a interrupção das atividades se deu devido a uma briga com a Coelba, que culminou no corte de energia da fábrica.

Essa situação sugere que a empresa enfrentava dificuldades financeiras significativas, possivelmente com contas pendentes, talvez refletindo problemas na gestão do capital. O corte de energia pode ser interpretado como o ponto culminante de uma crise financeira mais profunda, marcada por dívidas acumuladas e uma

administração ineficiente. No entanto, a fala de Valdeci parece omitir detalhes sobre as circunstâncias mais específicas que levaram a essa situação, possivelmente por relutância em expor questões que comprometam a administração da empresa.

Essa falta de transparência na narrativa deixa espaço para interpretações diversas sobre as reais razões que levaram ao colapso da fábrica, sugerindo uma crise mais complexa do que a falta de pagamento da conta de energia.

Em relação aos demais entrevistados, quando questionados sobre como souberam da falência da fábrica, muitos mencionaram que receberam a notícia através de comunicados oficiais da administração da empresa ou por meio de rumores na comunidade. O período de falência trouxe desafios significativos para os empregados da fábrica. Muitos relataram um clima de incerteza e ansiedade, com rumores sobre demissões em massa e atrasos nos salários.

As relações entre os trabalhadores e a administração tornaram-se tensas, com conflitos sobre questões como pagamentos pendentes e garantias de direitos trabalhistas. Para a maioria dos entrevistados, o fechamento da fábrica representou não apenas a perda de um emprego, mas também o fim de uma era de expectativas e esperanças. O fechamento abrupto da empresa deixou muitos empregados em uma situação financeira difícil, sem emprego e renda, com dívidas a pagar e dúvidas sobre a garantia dos seus direitos rescisórios e a compensação dos serviços prestados.

De modo geral, os entrevistados afirmam que, após a falência da fábrica, enfrentaram dificuldade em conseguir um novo emprego com carteira assinada, mas continuaram trabalhando em serviços informais, como faziam antes. Quanto aos direitos rescisórios, eles informam que receberam devidamente suas compensações e direitos trabalhistas referentes ao tempo de trabalho na empresa. Adeilton Almeida, por exemplo, afirmou que a empresa lhe pagou tudo que me devia: “recebi meus tempos tudo certinho”.¹⁴ Isa Moreira também relatou recebeu sua indenização: “não foi rápido, mas eles pagaram”.¹⁵

Certamente, isso trouxe certo alívio para muitos ex-empregados que temiam não serem ressarcidos devido ao complicado processo de fechamento da empresa.

¹⁴ ALMEIDA, Adeilton. Entrevista citada.

¹⁵ MOREIRA, Isa. Entrevista citada.

Essa questão foi uma das poucas áreas em que houve consenso e clareza nas respostas dos entrevistados. Entretanto, o futuro seria incerto, sem emprego nem a garantia de uma fonte de renda.

Outras pessoas foram procuradas para participar das entrevistas e compartilhar suas experiências, especialmente sobre o período pós-fechamento da fábrica. No entanto, muitos se recusaram a falar sobre o assunto. Houve casos de disputas judiciais por indenização, mas, por algum motivo, esses ex-empregados preferiram não abordar o tema. A relutância em discutir esses processos pode estar relacionada a sentimentos de frustração, desgosto ou acordos extra judiciais feitos durante as negociações judiciais. Ou medo de represálias, já que se trata de uma cidade pequena, onde os antigos proprietários da empresa possuem influência política e econômica.

Considerações finais

O caso da fábrica Jaguaripe Agroindústria em Muniz Ferreira revela aspectos importantes sobre a relação entre empreendimento econômico, emprego, clientelismo político e a estrutura social local em uma pequena cidade do interior. A trajetória dessa indústria, desde sua fundação até seu declínio, fornece uma lente através da qual podemos analisar o impacto de iniciativas econômicas através da concessão de incentivos fiscais em comunidades pequenas e dependentes e a instabilidade inerente a esse tipo de empreendimento.

Pesquisadores como Oswaldo Guerra têm analisado esses efeitos, destacando tanto os aspectos positivos quanto os negativos desse empreendimento. A este respeito, ele observa que, embora os incentivos fiscais possam atrair investimentos e criar empregos em curto prazo, eles frequentemente falham em proporcionar um desenvolvimento econômico sustentável em longo prazo. Segundo esse autor, “as comunidades que se tornam excessivamente dependentes de incentivos fiscais enfrentam dificuldades significativas quando as condições econômicas mudam ou quando as empresas beneficiadas decidem se realocar ou fechar” (GUERRA, 2010, p.98).

A cidade experimentou mais expectativas do que efetivamente uma significativa transformação econômica durante os poucos anos de operação da fábrica. Muniz Ferreira tornou-se dependente da renda gerada pela indústria, tanto

pela criação de empregos quanto pelo aumento do fluxo comercial local. Com a saída da fábrica, o comércio e os empreendimentos que haviam surgido em torno da empresa enfrentaram dificuldades para se sustentar. O restaurante "Frutilha", por exemplo, não conseguiu sobreviver ao declínio econômico e acabou fechando suas portas. Além disso, os locadores de imóveis sentiram o impacto direto da evasão de moradores, muitos dos quais eram oriundos de outras cidades e se mudaram para Muniz Ferreira, atraídos pela fábrica.

A princípio, a indústria não só gerou empregos diretos, mas também favoreceu o pequeno comércio local e estimulou o surgimento de novos negócios, como o restaurante mencionado por Valdeci de Almeida. O empreendimento trouxe certa estabilidade financeira para algumas famílias, que passaram a desfrutar de uma condição de vida mais segura e com acesso a bens e serviços anteriormente escassos. As oportunidades de emprego e a promoção funcional eram frequentemente mediadas por relações pessoais e políticas. Isso evidencia como o clientelismo e a patronagem desempenham papéis centrais nessas relações de trabalho.

Nesse sentido, o estudo das memórias dos ex-empregados da Jaguaripe Agroindústria representa uma contribuição importante para uma abordagem da história social do trabalho na região. As narrativas sobre as experiências cotidianas dos empregados da fábrica oferecem "insights" valiosos sobre as dinâmicas de poder, as relações de trabalho e as condições de vida enfrentadas pelos trabalhadores comuns. Ao analisarmos essas histórias, podemos compreender não apenas os impactos econômicos, mas também os aspectos sociais e humanos que moldaram as vidas e as expectativas desses sujeitos.

No entanto, vale reforçar que, a memória é, por natureza, seletiva e influenciada por fatores emocionais, comporta esquecimentos e escolhas, o que pode resultar em relatos que, embora genuínos, não sejam completamente precisos ou que enfatizem determinadas experiências em detrimento de outras. Há também o risco de que as narrativas sejam moldadas pelo tempo transcorrido entre os eventos e as entrevistas, o que pode levar a uma idealização do passado ou a uma percepção distorcida dos acontecimentos.

Embora a história oral seja uma metodologia valiosa para explorar as experiências dos ex-empregados da Jaguaripe Agroindústria, é crucial reconhecer

suas limitações, especialmente em termos de silenciamento, seletividade, contradições e influências contextuais. Afinal de contas, a memória é individual e ao mesmo tempo coletiva,

Em última análise, a experiência da fábrica Jaguaripe Agroindústria, de Muniz Ferreira, reflete um microcosmo das complexas relações entre indústria, trabalho e sociedade no Brasil. A trajetória da fábrica, com seu impacto inicialmente positivo e o subsequente declínio, exemplifica os desafios e as oportunidades que acompanham as expectativas e promessas de desenvolvimento econômico em contextos específicos de pequenas cidades do interior no contexto das políticas governamentais de incentivos fiscais e seus efeitos diretos e indiretos na vida dos trabalhadores locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATALHA, C. "Impacto dos Incentivos Fiscais no Desenvolvimento Regional". *Revista Brasileira de Economia*, 62(1), Local, 2008, 75-95.

CASTELLUCCI, Aldrin A. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise*. Salvador: Fieb, 2004.

CASTELLUCCI, Aldrin. *Trabalhadores, máquina política e eleições na primeira República*. Tese (Doutorado em História). FFCH/ UFBA, Salvador, 2008.

CUNHA, Euclides Antônio de Oliveira. "Paternalismo e relações de trabalho no Brasil: uma análise histórica". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 209-226, 2016.

DEL PRIORE, M. *A História da Mulher no Brasil*, São Paulo Contexto, 1997, p. 229.

FONTES, José R. *A Bahia de todos os trabalhadores. Classe operária, sindicatos e política - 1930-1947*. 466 f. Tese (Doutorado em História). FFLCH/ USP, São Paulo, 1997.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *"O Arcaísmo como Projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Brasil Colonial (Séculos XVII e XVIII)"*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967, p. 95.

GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. "50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica". *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, p. 87-98, jun. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2020. Disponível em: www.ibge.gov.br.

LISBOA, Diana Sousa Santos. *TRABALHADORES E SINDICALISMO NO POLO CALÇADISTA DA BAHIA (1990-2014)*.

NEGRO, Antônio L. "Não trabalhou porque não quis": greve de trabalhadores têxteis na Justiça do Trabalho (Bahia, 1948). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.

32, nº 64, 2012. PESSOA, Samuel. "Federalismo e Guerra Fiscal no Brasil". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Brasília, v. 34, n. 3, p. 377-400, 2004.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. "História oral: uma relação dialógica" e "Para além da entrevista: uma autoetnografia da minha prática". São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTOS, Mário Augusto S. A República do Povo. Sobrevivência e Tensão. Salvador: Edufba, 2001.

SANTOS, Marilécia Oliveira. *O viver na "Cidade do Bem": tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio na Boa Viagem/ BA*. 233 fls. Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais/PPGH, 2010.

SOUZA, Edinaldo Antônio Oliveira. *Trabalho, política e cidadania: Trabalhadores, sindicatos e luta por direitos (Bahia, 1945-1950)*. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2015.

SOUZA, Edinaldo A. Oliveira. "Mulheres operárias e luta jurídica pela proteção à maternidade em Comarcas do Recôncavo baiano (1943-1949)". *Cadernos De Pesquisa Do CDHIS*, 24(2). Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/13293>. Acesso em 11 de fev. de 2024.

SOUZA, Márcio Pochmann de. "Desigualdade Regional e Guerra Fiscal no Brasil". *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 99-120, 2000.

THOMPSON, Eduard P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*, v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VAZQUEZ, Petilda Serva. *Intervalo Democrático e Sindicalismo. Bahia – 1942/1947*. 237 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFBA, Salvador, 1986.

Fontes orais

EMPREGADO	GRAU DE INSTRUÇÃO ATUAL	IDADE	TEMPO DE TRABALHO NA EMPRESA	PROFISSÃO ATUAL
Valdeci de Almeida	Ensino médio completo	65	6 anos	Vice-prefeito
Adeilton Santos Almeida	Ensino fundamental incompleto	61	4 anos e meio	Pedreiro
Isa Carla Morreira	Ensino médio completo	42	2 anos	Cabelereira
Emanuel Costa da Silva	Não alfabetizado	68	4 anos	Aposentado
Maria Laura Cardoso	Ensino médio completo	57	2 anos e nove meses	Domestica
Amilton Santos Almeida	Ensino médio incompleto	63	6 anos	Pedreiro

FOLHA DE APROVAÇÃO

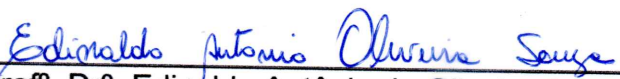
**A Jaguaripe Agroindústria e a cidade de Muniz Ferreira: Relações
socioeconômicas e transformações entre 2000 e 2005.**

RAFAELA SANTOS ALMEIDA

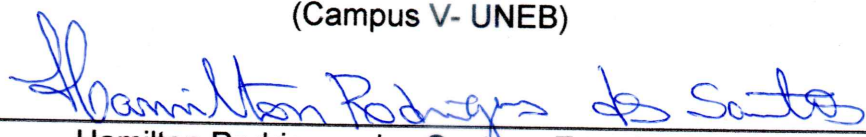
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de licenciatura em História, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Licenciado em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus V, Departamento de Ciências Humanas.

Aprovado em: 05 / 09 / 2024

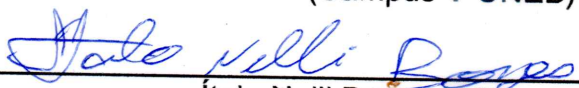
Banca Examinadora:



Profº. Drº. Edinaldo Antônio de Oliveira Souza. – Orientador
(Campus V- UNEB)



Hamilton Rodrigues dos Santos - Examinador(a)
(Campus V-UNEB)



Ítalo Nelli Borges - Examinador(a)
(Campus V UNEB)